

NESTA EDIÇÃO

Comunicação e Saúde no Haiti

Seminário, oficina, pesquisa e site na cooperação com o país

Saúde nas prisões

Nova política para garantir direitos a todos no sistema prisional

RADIS

comunicação e saúde

DESDE 1982

Nº 118 ♦ Junho de 2012

Av. Brasil, 4.036/510, Manguinhos
Rio de Janeiro, RJ ♦ 21040-361

www.ensp.fiocruz.br/radis



Mala Direta
Postal

9912233515/2009-DR/RJ
FIOCRUZ

CORREIOS



Sustentável e saudável

As negociações, documentos e debates para garantir o tripé desenvolvimento, ambiente e saúde, nas decisões da Rio+20



Diálogo pela reconstrução no Haiti

Seminário promovido pelo Canal Saúde é ponto de partida para aproximar autoridades sanitárias e jornalistas haitianos

Elisa Batalha

“Um país onde a comunicação é pensada não só como ferramenta, mas como estratégia para promoção da saúde”. É assim que a jornalista Márcia Correa e Castro, gerente geral do Canal Saúde, da Fiocruz, define o Haiti, onde esteve em março, organizando o seminário *Mídia e Saúde*, uma das iniciativas do Canal Saúde voltadas a estruturar as ações de comunicação do país. O seminário foi realizado em Porto Príncipe, no âmbito da cooperação Brasil-Cuba-Haiti, acordo internacional para fortalecer o sistema de saúde e a vigilância epidemiológica do Estado haitiano.

Márcia esclarece que, apesar dos problemas estruturais, o Haiti — país mais pobre das Américas, que já vivia um colapso econômico e social antes de ser devastado pelo terremoto de grande magnitude (7 pontos na escala Richter), em janeiro 2010 — tem, em sua estrutura governamental, uma instância oficial responsável pela mobilização comunitária e ação popular em questões de saúde. “A ideia é estruturar o núcleo que já existe dentro do ministério da Saúde de lá, por meio da aquisição de equipamentos e da capacitação profissional”.

Nesse sentido, o seminário, que durou três dias, foi pautado pelo estímulo ao diálogo entre jornalistas e profissionais do Ministério da Saúde haitiano, buscando-se estabelecer uma interlocução duradoura entre imprensa local e autoridades sanitárias. “Quere-

mos que o vínculo se mantenha mesmo depois que o Canal Saúde não estiver mais lá”, registra Márcia, acrescentando que o cronograma de atividades no país se estende até 2013.

Durante o evento, o coordenador de comunicação social da Organização Pan Americana da Saúde (Opas), Ary Silva, apresentou ferramentas, como *podcasts*, e bancos de imagens disponíveis na internet, oferecidas pela instituição, que podem ser livremente utilizados por emissoras de rádio, TV e jornais no país. O jornalista Rogério Lannes, coordenador do Programa RADIS, da Ensp/Fiocruz, que completa 30 anos em 2012, relatou a trajetória da revista *Radis* e das publicações que a antecederam, ressaltando a importância de se exercer um jornalismo crítico e independente.

Luiza Silva, do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz) apresentou o site da cooperação Brasil-Cuba-Haiti (www.cooptripartite.icict.fiocruz.br), destacando o sistema de monitoramento, aplicativo que vasculha permanentemente, em quatro idiomas, notícias, fontes oficiais e produção científica sobre o país, e possibilita o tratamento analítico das informações coletadas.

LEVANTAMENTO

Estavam presentes 36 jornalistas de 29 veículos das mídias comercial e estatal e de organizações não governamentais. Um dos pontos altos da programação foi a apresentação da radialista haitiana Rose Souvenir, que até início dos anos 2000 comandava os programas *Radio Docteur* e *Tele Docteur*, na rádio e TV nacionais do Haiti, e tornou-se uma celebridade. Conhecida como Fanny, a radialista hoje radicada nos Estados Unidos buscou mostrar aos seus colegas de profissão que a temática da saúde pode ter grande receptividade na mídia.

“Observamos que era preciso sensibilizar os jornalistas para pautar a questão de saúde”, apontou Márcia, que apresentou resultados de um levantamento feito pelo Canal Saúde, demonstrando

a ausência do tema saúde na imprensa de lá. Apenas 1,8% de um total de 7 mil textos dos dois principais jornais impressos do país tratavam de saúde, mesmo que fatos importantes como epidemia de cólera, greve no principal hospital da capital e uma campanha de vacinação tenham ocorrido no período estudado, entre julho e dezembro de 2011. “Os jornais impressos cobrem sobretudo política, e muitas vezes é difícil obter das autoridades do país dados acessíveis e organizados sobre saúde”, observa.

ALCANCE DA MÍDIA

No Haiti, os jornais impressos não atingem parcela expressiva da população, uma vez que 64% dos haitianos não sabem ler e falam somente a língua materna, o créole haitiano, enquanto que os jornais são escritos em francês, idioma aprendido apenas nas escolas. A televisão também não é um veículo massivo, por conta da escassez de energia elétrica. Nesse cenário, uma das propostas do Canal Saúde foi a compra de unidades móveis de transmissão, para exibições públicas de vídeos educativos.

A geografia muito montanhosa do país e a carência de equipamentos e recursos para a articulação em rede da comunicação impedem que a principal rádio haitiana tenha alcance nacional e tornam as rádios comunitárias os veículos mais eficazes para atingir a população. “É uma comunicação fragmentada. Quando o governo quer fazer circular uma campanha, por exemplo, precisa se utilizar dessas rádios”, relatou Márcia. Diante desse cenário, está prevista para julho a realização de oficinas de rádio organizadas pelo Canal Saúde no Haiti.

O Haiti não conta com um sistema de saúde universal nem integral, e o atendimento da população de 9 milhões de cidadãos só é gratuito em programas específicos como de aids, tuberculose e cólera, que dispõem de financiamento de organizações internacionais, ou em hospitais sustentados por ajuda humanitária. “A cooperação brasileira, feita em bases interministeriais, procura quebrar



Cinegrafista haitiano que participou do seminário vestiu a camisa da cooperação e fez a cobertura do evento

Sustentabilidade é saúde

No final de 2011, a contribuição do governo brasileiro para o documento *O futuro que queremos*, no que concerne à Saúde foi pífia - e equivocada por focar apenas a assistência. Corroborou para que o *Rascunho Zero* da ONU nada trouxesse de importante nessa área, desconsiderando que o impacto do crescimento econômico sobre a saúde humana deve ser um dos principais indicadores para medir a sustentabilidade do desenvolvimento. Em tempo, num esforço com intensa participação da Fiocruz, os ministérios da Saúde e das Relações Exteriores apresentaram novas demandas (ver p.23) por meio do G77 (bloco das nações em desenvolvimento), incorporadas a duas centenas de páginas de contribuições de todo o mundo.

Não se pode admitir que o documento síntese assinado pelos chefes e representantes de Estado, ao final da Rio+20, apresente retrocessos em relação aos tratados existentes em relação à proteção ambiental e aos direitos humanos – o chamado efeito regressivo.

Espera-se dos líderes também um texto com referências explícitas a ações e metas intersetoriais, do nível local ao internacional, para uma atuação sobre as condições sociais, econômicas e ambientais que influenciam a saúde coletiva. E, ainda, para

o estabelecimento de um compromisso de promover a cobertura de serviços de saúde para todos, como um direito, por meio de sistemas capazes de oferecer uma atenção integral, de qualidade e equitativa. É desta vinculação imprescindível entre sustentabilidade e saúde que trata nossa matéria de capa, ilustrada com belíssimas fotos do francês Yann Arthus-Bertrand, gentilmente cedidas.

Mas o essencial é que a Rio+20 resulte em maior consciência e mobilização por parte das populações e forças sociais organizadas em todo o planeta por um desenvolvimento econômico, social e ambiental radicalmente sustentável e numa crítica profunda a qualquer tentativa de o capitalismo predatório ampliar ainda mais o seu lucro, travestindo-se de verde e precificando tudo que o próprio capital torna raro pelo efeito da espoliação.

De indivíduos e grupos, assim como dos governos que ousarem enfrentar a estrita lógica de mercado, espera-se um papel em comum, o de usar conhecimento e a energia do fazer para defender os direitos, o interesse público. Um planeta comum e saudável.

Rogério Lannes Rocha
Coordenador do Programa Radis

Comunicação e Saúde

- ♦ Diálogo pela reconstrução do Haiti 2

Editorial

- ♦ Sustentabilidade é saúde 3

Cartum

- 3

Voz do leitor

- 4



Súmula

- 5

Radis Adverte

- 7

Toques da Redação

- 8



Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

- ♦ Sem saúde não há sustentabilidade 10
- ♦ A força da sociedade civil 17
- ♦ Entrevista Paulo Buss 18



Saúde nas prisões

- ♦ Uma política para garantir o direito à saúde no sistema prisional 20

Serviço

- 22

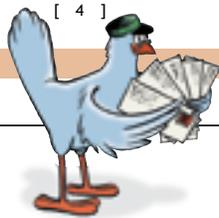
Pós-Tudo

- ♦ As demandas da saúde no documento oficial da Rio+20 23

CARTUM



Capa: Passarela de Niemeyer, Brasil; Coração de Voh, França; Casa inundada, Bangladesh; Grande Fonte Hidrotermal Prismática, EUA. Fotos de Yann Arthus-Bertrand, exposição *Terra vista do céu*, na Cinelândia, Centro do Rio de Janeiro. Mais informações em www.terravistadoceu.com.
Ilustrações: Lucas Pelegrineti Grynspan (L.P.G.).



VOZ DO LEITOR

'RADIS' AGRADECE

Parabéns à *Radis* por estimular o debate sobre mídia e saúde (vide edições 113 e 114). Precisamos que a mídia supere o denunciamento sensacionalista. Em nosso programa (Ser saudável/TV Brasil), estamos encarando a desafiante tarefa de construir uma agenda positiva para a saúde pública. Estamos abertos ao diálogo e aprendendo com a *Radis*! Forte abraço a toda equipe.

♦ Enrique Barros, médico de família e comunidade, presidente do Conselho Municipal de Saúde e apresentador do programa Ser Saudável (TV Brasil), Santa Maria do Herval, RS

▣ *Caro Enrique, ficamos muito contentes e esperançosos com o fato de a valorização da saúde pública ganhar a TV aberta. Um abraço!*

Sou pós-graduanda em Enfermagem do Trabalho e, durante as aulas, ouvi comentários sobre a revista *Radis*. Logo acessei o site e busquei as informações de que precisava sobre saúde, e, desde então, todos os meses, faço a leitura das edições lançadas e tenho

muita informação. Realmente, todas as matérias são excelentes e importantes para quem quer saber como anda a saúde em nosso país. Parabéns a todos que fazem a revista *Radis*!

♦ Isabel Cristina Pinheiro, São Luís, MA

Sou assinante da revista, trabalho na área da Saúde como auxiliar de Odontologia e também sou estudante de Serviço Social. Venho agradecer a *Radis* por suas reportagens interessantes as quais contribuem para meu crescimento, e parabenizar seus profissionais que atuam na elaboração das matérias, que são demais. Um abraço a todos.

♦ Nailde de Jesus Lima, Macajuba, BA

Fiquei sabendo que vocês tinham uma revista que falava de todas as doenças, e vi que é uma revista muito interessante. Logo fiz meu cadastro. Vou esperar com muito carinho. Obrigado por me presentear com essa maravilhosa revista.

♦ José Luiz Sousa Lima, Aracaju, SE

PSORÍASE

Sou portador de psoríase e nós, portadores, temos pouquíssima

informação sobre essa doença. A *Radis* poderia abordar o tema em uma de suas edições e trazer ao nosso conhecimento quais as coberturas disponíveis no SUS.

♦ Francisco das Chagas Costa Lima, Rodolfo Fernandes, RN

ENFERMEIROS

Olá, minha gente, gostaria muito de ver algo sobre o que os enfermeiros vêm construindo na saúde. Esquecemos que o enfermeiro é a base, é o cuidado. Vamos valorizar essa categoria, que parece não ter lugar...

♦ José Evandro Silva Soares, Campina Grande, PB

▣ *Caros Francisco e José Evandro, anotamos e agradecemos suas sugestões. Um abraço!*

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

Adorei a edição 115, que traz o resumo da 14ª Conferência de Saúde. Sou agente comunitária de saúde há 15 anos, e, durante este tempo, vi uma população crescer com mais saúde, mesmo com toda dificuldade do SUS na minha cidade, e também no país. Caíram os índices de desnutrição e diarreia, melhorou o estado vacinal a responsabilidade no aleitamento materno. São grandes vitórias, conquistadas através do trabalho do ACS. A sugestão é que publiquem uma matéria que valorize esse profissional de saúde pública e preventiva. Um abraço e parabéns pelo trabalho dedicado de todos que compõem esta revista.

♦ Vanda Maria de Almeida Silva, Ji Paraná, RO

▣ *Cara Vanda, agradecemos a sugestão e indicamos a você a edição 82 da Radis, com matéria de capa dedicada ao tema. Voltaremos a tratar dele. Um abraço!*

EXPEDIENTE



RADIS® é uma publicação impressa e online da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa RADIS (Reunião, Análise e Difusão de Informação sobre Saúde), da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp).

Periodicidade mensal
Tiragem 77.000 exemplares
Assinatura grátis
(sujeita à ampliação do cadastro)

Presidente da Fiocruz Paulo Gadelha
Diretor da Ensp Antônio Ivo de Carvalho

PROGRAMA RADIS

Coordenação Rogério Lannes Rocha
Subcoordenação Justa Helena Franco
Edição Eliane Bardanachvili (Milênio)
Reportagem Adriano De Lavor
(subedição), Bruno Dominguez,
Elisa Batalha e Anna Carolina
Düppre (estágio supervisionado)
Arte Marina Boechat (subedição),
Natalia Calzavara e Lucas
Pelegrineti Grynzpan (estágio
supervisionado)



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Documentação Jorge Ricardo Pereira, Laís
Tavares e Sandra Benigno

Secretaria e Administração Fábio Lucas e
Oswaldo José Filho (Informática)

Endereço

Av. Brasil, 4.036, sala 510 – Manguinhos
Rio de Janeiro / RJ • CEP 21040-361

Fale conosco (para assinatura, sugestões
e críticas)

Tel. (21) 3882-9118 • (21) 3882-9119

E-mail radis@ensp.fiocruz.br

Site www.ensp.fiocruz.br/radis (confira
também a resenha semanal *Radis* na Rede e
o Exclusivo para web, que complementam a
edição impressa)

Impressão Ediouro Gráfica e Editora SA

Ouvidoria Fiocruz • Telefax (21) 3885-1762

Site www.fiocruz.br/ouvidoria

USO DA INFORMAÇÃO • O conteúdo da revista *Radis* pode ser livremente reproduzido, desde que acompanhado dos créditos. Solicitamos aos veículos que reproduzirem ou citarem nossas publicações que enviem exemplar, referências ou URL.

NORMAS PARA CORRESPONDÊNCIA

A *Radis* solicita que a correspondência dos leitores para publicação (carta, e-mail ou fax) contenha nome, endereço e telefone. Por questão de espaço, o texto pode ser resumido.

SÚMULA

FIM DO 'LIXÃO DE GRAMACHO'



Foi definido finalmente o fechamento do maior aterro sanitário da América Latina, o Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, conhecido como Lixão de Gramacho, no município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro (Radis 102). O fechamento fora inicialmente marcado para abril, tendo sido adiado para maio e, em seguida, acertado para junho, a pedido dos catadores, que solicitaram ao prefeito do Rio, Eduardo Paes, um tempo para se organizarem.

A Prefeitura criou um fundo de R\$ 23 milhões para dar suporte financeiro aos catadores, em seu processo de inclusão em atividades alternativas ao trabalho que vinham realizando em Gramacho. O recurso veio da empresa Novo Gramacho, como uma das contrapartidas da concessão para explorar o gás metano produzido no aterro. A lista com os 1.603 nomes que serão contemplados com o fundo foi entregue (26/4) pelo presidente do Conselho de Lideranças de Gramacho, Tião Santos. Cada um deles receberá, em cota única, R\$ 14 mil, referentes às parcelas anuais que seriam pagas ao longo de 14 anos.

De acordo com o secretário de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, Carlos Minc, o gás metano captado em Gramacho passará a ser fornecido para a Refinaria de Duque de Caxias (Reduc). Dos recursos obtidos com a venda do gás, 18% serão destinados à recuperação ambiental do bairro de Jardim Gramacho. "A ideia é transformar em algo sustentável um caso de agressão, humilhação e degradação humana e ambiental", observou, segundo o site do *Jornal do Brasil* (2/5). "Em breve, anunciaremos a instalação do polo de reciclagem, com moinho de PET, caminhão e compactadores, outra demanda dos catadores da região", disse o secretário.

O terreno do Aterro de Gramacho, propriedade da Companhia de Limpeza Urbana (Comlurb), ocupa área de

aproximadamente 1,3 milhão metros quadrados, cercado por vegetação de mangue, às margens da Baía de Guanabara. São 60 milhões de toneladas de lixo acumuladas desde 1976. Os detritos da cidade serão agora encaminhados para aterros especializados, onde o material é compactado e enterrado, e o chorume, tratado. A separação manual do lixo em Gramacho movimentou, até o ano passado, R\$ 24 milhões anuais, segundo estimativas da Comlurb. A recuperação ambiental deve demorar pelo menos 15 anos.

EXCESSO DE LIXO, DESPEJO INADEQUADO

A Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe) divulgou o estudo Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2011, que revela um desanimador cenário em meio à conferência Rio+20: o Brasil produziu 62 milhões de toneladas de lixo em 2011, e 42% foram para locais inadequados, como lixões e aterros ditos controlados. É como se cada brasileiro tivesse produzido 1,2kg de lixo por dia, informou a Agência Brasil (8/5). E mais: o crescimento do volume de resíduos aumentou em 1,8% de 2010 a 2011, taxa duas vezes maior que o crescimento da própria população no período.

De acordo com o diretor executivo da Abrelpe, Carlos Silva Filho, se não houver ações para a contenção da produção de lixo, em médio prazo, os sistemas de gestão de resíduos certamente entrarão em colapso. Ao todo, 60,5% dos municípios brasileiros deram destino inadequado ao seu lixo. Os números de coleta seletiva aumentaram em apenas 1%. Com relação ao lixo hospitalar, os municípios coletaram 237,6 mil toneladas de resíduos de saúde, dos quais 40% foram indevidamente descartados. "Dessa porcentagem temos 12% indo para o lixão, sendo depositados sobre o solo sem tratamento prévio, não só contaminando o meio ambiente, mas trazendo um risco muito grave para as pessoas que tiram seu sustento desses lixões".

A Lei Nacional de Resíduos Sólidos, política brasileira que trata da questão, determina que todo lixo produzido tenha destinação adequada até agosto de 2014, o que representa um desafio para os municípios brasileiros e para os cidadãos. Na avaliação

do diretor executivo, as empresas do setor estão preparadas para enfrentar o desafio, pois têm tecnologia, conhecimento técnico e mão de obra, mas ainda é preciso vontade política e recursos.

VETA, DILMA!



A aprovação (25/4) pela Câmara dos Deputados de uma versão ruralista do novo Código Florestal, permitindo que as plantações já consolidadas às margens dos rios, consideradas Áreas de Proteção Ambiental, fossem mantidas e as multas aplicadas aos produtores canceladas, teve pelo menos um aspecto positivo: mobilizou a sociedade civil em torno de uma palavra de ordem, *Veta, Dilma!*, dirigida à presidenta Dilma Rousseff, a quem cabe aprovação ou veto, integral ou parcial. Organizações não governamentais, movimentos populares, ambientalistas, cientistas, artistas, procuradores da República, CNBB, entre outros setores da sociedade, buscaram os mais diversos fóruns, das redes sociais a eventos públicos, para fazer o protesto e cobrar o veto total da presidenta.

O relator da proposta da Câmara, deputado Pedro Piau (PMDB-MG), introduziu mais de 30 alterações no texto recebido do Senado, de autoria dos senadores Jorge Viana (PT-AC) e Luiz Henrique (PMDB-SC) e que era visto com bons olhos pelo governo. Entre as mudanças aprovadas, figuravam o fim da obrigatoriedade de se divulgar na internet os dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR); a queda da obrigatoriedade de recompor 30 metros de mata em torno de nascentes de água nas áreas de preservação permanente ocupadas por atividades rurais consolidadas até 22 de julho de 2008 e a retirada do texto da regra de recomposição de vegetação nativa em imóveis de agricultura familiar e naqueles com até

quatro módulos em torno de rios com mais de 10 metros de largura. Com apoio maciço da bancada ruralista, o texto alterado acabou aprovado na Câmara.

O vaivém e as disputas que permearam a aprovação de uma nova proposta de Código Florestal, que se arrastou desde maio de 2011, só expressam o quanto ainda é grande a luta que é preciso travar por um novo modelo de desenvolvimento, que privilegie os interesses de todos em detrimento dos privilégios de poucos.

GOLPE NO SETOR PÚBLICO SANCIONADO



De nada adiantaram os protestos e as análises de especialistas mostrando a impropriedade da instituição do novo regime de previdência para o servidor público, que busca tapar o suposto déficit da Previdência Social a custa de quem serve ao país. A presidenta Dilma Rousseff sancionou (2/5) a lei que enquadra o servidor público em novo regime que reduz sua aposentadoria ao valor do teto do INSS, hoje fixado em R\$ 3,9 mil. Para ganhar qualquer benefício acima do valor estipulado, o servidor terá que contribuir com a Fundação da Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), que terá um fundo para cada poder (Legislativo, Executivo e Judiciário).

O regime de previdência dos servidores públicos federais em vigor garante aos que ingressaram no setor público até 2004 o último salário integral como benefício ao se aposentar, e àqueles que tomaram posse depois de 2005 o equivalente a 80% de uma média dos maiores salários recebidos, informou o portal BOL (2/5). A nova regra não vale para os atuais servidores, somente para os nomeados a partir da sanção da lei. Reportagem na edição 111 da *Radis* mostrou que a Constituição Federal assegura regime especial aos servidores públicos civis, outorgando-lhes um conjunto de proteções e garantias específicas para o exercício da função pública

em defesa do Estado, como definiu a segunda vice-presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e Tribunal de Contas da União (Sindilegis), Lucieni Pereira. A aprovação do novo regime, de acordo com a análise de Lucieni, pode fragilizar o setor público.

DEMÊNCIA: ÍNDICE PREOCUPA OMS



A Organização Mundial da Saúde (OMS) revelou preocupação frente à possibilidade de explosão de novos casos de demência em todo o mundo, informou *O Globo* (11/4). Hoje, cerca de 35,6 milhões de pessoas vivem com demência, e, até 2030, esse número deve saltar para 65,7 milhões, triplicando em 2050 para 115,4 milhões. Os dados encontram-se no relatório *Dementia: A Public Health Priority (Demência: Uma Prioridade da Saúde Pública)*, divulgado pela OMS. O relatório chama a atenção dos governos para tratar a demência como prioridade de saúde pública. A expectativa de vida aumentou e os atuais sistemas de saúde não estão preparados para contornar a prevalência da doença, o que pode gerar crise mundial. O Mal de Alzheimer é um dos principais causadores da demência.

De acordo com a OMS, o custo do tratamento e dos cuidados médicos para pessoas com a condição está estimado em 604 bilhões de dólares por ano. São contabilizados também os prejuízos sociais, como com a perda de poder aquisitivo das pessoas com a doença ou daqueles que cuidam delas. Mais da metade dos doentes (58%) vivem em países de renda média e baixa. Esse número pode aumentar para 70%, em 2050. Segundo o relatório, ainda, são necessários diagnósticos muito mais eficazes, já que, até mesmo em países ricos, apenas de 20% a 50% dos casos de demência são rotineiramente reconhecidos, pois muitos profissionais de saúde não são treinados adequadamente. No momento, apenas oito dos 194 estados membros da OMS têm um plano nacional de combate à demência em execução.

EMBALAGEM REFORMULADA

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou que medicamentos distribuídos pelo SUS terão a embalagem reformulada para evitar a venda ilegal dos produtos e tornar mais fácil a identificação das substâncias. Segundo o diretor da (Anvisa), Dirceu Barbano, há registros pontuais de remédios desviados e vendidos ilegalmente. Pelo menos cem medicamentos terão de atender à determinação da Anvisa. Os rótulos terão as cores verde e amarela, e o nome do princípio ativo deverá aparecer em destaque. A medida é obrigatória para todos os medicamentos destinados ao Ministério da Saúde, informou o jornal *O Dia* (31/3).

Além das novas regras, o Governo Federal anunciou ampliação da lista de medicamentos oferecidos pelo SUS de 550 para 810, com inclusão de três remédios fitoterápicos: babosa, hortelã e salgueiro. Até 2010, eram oferecidos somente remédios considerados itens "essenciais" para a saúde básica, sem cobertura para doenças complexas e raras. "Este ano, a lista foi elaborada a partir de um conceito mais amplo do que é essencial à população. Todos os medicamentos de uso ambulatorial foram incluídos — entre eles, insumos e vacinas", explicou o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Carlos Gadelha.

VIGITEL 1: OBESIDADE EM ALTA



Quase metade da população brasileira está acima do peso. A proporção avançou de 42,7%, em 2006, para 48,5%, em 2011. No mesmo período, o percentual de obesos subiu de 11,4% para 15,8%. Os dados são da pesquisa *Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel)*, realizada periodicamente pelo Ministério da Saúde.

A pesquisa, que ouviu 54 mil pessoas, em todos os estados, apontou também que a dieta do brasileiro é rica em gordura e pobre em frutas e hortaliças: há consumo excessivo de gordura saturada, como em determinados tipos

de carne, leite integral e refrigerantes. O consumo de refrigerantes mais de cinco vezes por semana é comum entre 29,8% dos brasileiros.

Pessoas obesas são mais propensas a doenças cardiovasculares, problemas ortopédicos, asma, apneia do sono, alguns tipos de câncer, esteatose hepática (excesso de gordura no fígado) e distúrbios psicológicos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) indica que 22% das doenças cardíacas, 10% a 16% dos casos de diabetes tipo 2 e de cânceres de mama, colo e reto poderiam ser evitados com atividade física adequada.

De acordo, ainda, com o inquérito realizado, quanto maior a escolaridade, mais saudável a dieta. Frutas e hortaliças estão presentes no cardápio de 44,5% dos brasileiros que concluíram, no mínimo, 12 anos de estudo. O percentual reduz para 27,5% entre as pessoas que estudaram até, no máximo, oito anos. As proporções vão para 29,7% para quem tem nível superior e 17,4% para quem não concluiu o ensino fundamental. Aumentar o acesso à informação é uma importante medida para melhorar os hábitos alimentares do brasileiro.

VIGITEL 2: MENOS FUMANTES E MAIS MAMOGRAFIAS



A pesquisa Vigitel apontou queda no percentual de fumantes brasileiros. O índice caiu de 16,2% para 14,8%, entre 2006 e 2011. A população masculina fuma mais, mas ao mesmo tempo lidera a redução do hábito de fumar: 25% dos homens declararam ter abandonado o cigarro. Essa porcentagem aumenta com o avançar da idade – 52,6% dos ex-fumantes têm mais de 65 anos.

A tendência de queda do consumo do tabaco em homens foi constatada em todas as faixas etárias e independentemente do grau de escolaridade. Essa redução resultou na queda da prevalência do fumo na população geral. Além disso, o índice de fumantes entre os jovens de 18 e 24 anos (12,5%) é inferior à média nacional. A pesquisa também apontou que 11,3% desses jovens param de fumar antes de completar 25 anos.

RADIS ADVERTE

LIXO MENOS É MAIS
REDUZA O CONSUMO E REUTILIZE ANTES DE RECICLAR

Em relação à saúde feminina, o inquérito telefônico mostrou que a proporção de brasileiras que se submeteu ao exame de mamografia nos últimos dois anos subiu para 73,3%. Em 2006, o índice era de 71,2%. Os resultados também foram bons quanto à prevenção ao câncer de colo do útero: nos últimos três anos, cerca de 80% das brasileiras fizeram o exame de citologia oncológica, conhecido como papanicolau.

Quanto mais baixa a escolaridade da mulher, menor é a frequência da realização dos exames: entrevistadas que estudaram por mais de 12 anos realizaram 20% mais mamografias do que as mulheres com até oito anos na escola. Já em relação ao papanicolau, 89,6% das mulheres com 12 ou mais anos de estudos realizaram o exame, 12,7 pontos percentuais a mais do que aquelas com até oito anos (76,9%).

MAPA DA VIOLÊNCIA: MAIS MULHERES ASSASSINADAS



Onúmero de mulheres assassinadas nos últimos 30 anos cresceu 217,6% no Brasil. É o que aponta o Mapa da Violência 2012, em estudo desenvolvido pelo sociólogo Julio Jacobo. A pesquisa tem como fonte dados do Ministério da Saúde, que mostraram que, entre 1980 e 2010, foram assassinadas 91.932 mulheres, informou a Agência Brasil (7/5). Quase a metade dos casos, 43.486 mortes, ocorreu na última década. Do total

de agressões contra a mulher, 42,5% são do próprio parceiro ou ex-parceiro, e 68,8% dos incidentes acontecem em âmbito doméstico.

O documento revela ainda o ciclo que pode estar presente na vida de muitas mulheres: até os 14 anos de idade os pais são os principais responsáveis pela violência; o papel de agressor, porém, vai sendo substituído progressivamente pelo parceiro ou ex-parceiro, a partir dos 20 anos, situação que se mantém até 59 anos. Depois dos 60 anos, os filhos preponderam na violência contra a mulher.

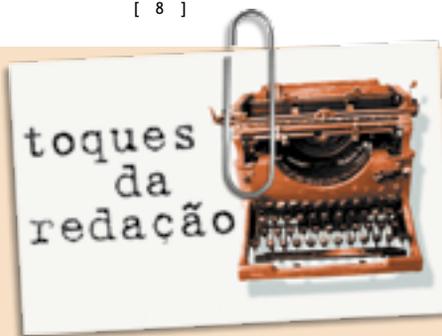
No primeiro ano de vigência da lei Maria da Penha, em 2007, o número de homicídios apresentou queda: de 4,2 mortes, foi a 3,9 mortes para cada 100 mil mulheres. Já no ano seguinte, a taxa voltou a atingir os patamares anteriores.

Para Jacobo, “a lei Maria da Penha atua na contramão de um processo histórico de violência, mas nenhuma lei altera a realidade”. Em seu levantamento, aponta que “altos níveis de feminicídio frequentemente vão acompanhados de elevados níveis de tolerância da violência contra as mulheres”. Portanto, conclui, a mobilização da sociedade civil e o funcionamento do Poder Público contribuem para a eficácia da lei.

Dados da OMS sobre violência contra a mulher em 84 países do mundo, mostram que o Brasil se encontra em 7º lugar, com taxa de 4,4 homicídios a cada 100 mil mulheres.

RECURSOS PARA TRATAR CÂNCER

O Ministério da Saúde anunciou que vai investir cerca de R\$ 505 milhões na rede de unidades para tratamento de câncer do Sistema Único de Saúde (SUS) nos próximos cinco anos. O anúncio foi feito (18/4) pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha, em Brasília, informou o Portal da Saúde (18/4). Serão aplicados R\$ 325 milhões na infraestrutura de 32



COTAS DE CIDADANIA — A decisão unânime (26/4) dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) de considerar constitucional o sistema de cotas raciais para ingresso de alunos afrodescendentes em universidades públicas foi uma vitória da cidadania. O olhar dos ministros sobre o tema vai ao encontro de um dos princípios do SUS, a equidade, que prevê tratar desigualmente os desiguais, investindo-se mais onde a demanda é maior.

O debate, no entanto, está longe de se esgotar e o caminho a se trilhar ainda é longo, como bem mostrou, no mesmo dia, o índio guarani Araju Sepete, retirado à força do plenário do STF por seguranças, ao protestar pelo

Por 10 x 0, Supremo libera cota racial em universidade

Decisão vale para todas as instituições que reservam vagas para negros



direito de cotas também para indígenas em universidades. A cena (reprodução abaixo da capa do jornal *O Globo*) foi exaustivamente fotografada por jornalistas. “Igualdade é negro, é cigano, é índio, são todos. Defendemos a cota para indígenas”, disse Carlos Pankararu, que acompanhava Sepete no protesto. Pensar no sistema de cotas como um ajuste de contas com as minorias é de fato o caminho. Nesse sentido, falta contemplar os índios, os ciganos e outros historicamente excluídos. A votação unânime em favor das cotas para afrodescendentes foi um bom começo, mas apenas o começo.

TERRA É SAÚDE — O desenvolvimento econômico parece ter sido mais uma vez valorizado em detrimento do desenvolvimento social, com a criação, pela presidenta Dilma Rousseff, de uma nova etapa no processo de reconhecimento das Terras Indígenas (TIs): a consulta ao Ministério das Minas e Energia, antes de se homologar qualquer demarcação. A medida não só protela ainda mais a definição das TIs, como põe no meio do caminho o ministério responsável pelas obras de hidrelétricas pelo país. Cabe indagar o que ocorrerá se as terras indígenas forem consideradas propícias à instalação de mais um grande empreendimento. Mais uma vez as populações locais se deslocarão? Mais uma vez as populações perderão seu direito à terra? Com a medida, dez TIs que já estavam demarcadas esperam, agora, para serem oficializadas. Em abril, mês em que se comemora o Dia do Índio, seis processos haviam retornado ao Ministério da Justiça para reavaliação — Rio Gregório

(AC), Riozinho do Alto Envira (AC), Rio dos Índios (RS), Taboca (AM), Cacique Fontoura (MT) e Toldo Imbu (SC) —, e outros quatro — Tenharim Marmelos (AM), Xipayá (PA), Santa Cruz da Nova Aliança (AM) e Matintin (AM) — aguardavam a assinatura de Dilma.

Desde que assumiu, a presidenta homologou três territórios indígenas: TI Barro Alto e TI Sapotal, no Amazonas, e TI Sarauá, no Pará. Em tempos de Rio+20 e de luta por um desenvolvimento sustentável e saudável, cabe lembrar que, dentro do conceito ampliado de saúde que orientou a Reforma Sanitária e pauta o SUS, terra é saúde.

Na contramão desse processo, o STF decidiu, por sete votos a um, anular 186 títulos de propriedade na reserva indígena Caramuru-Catarina-Paraguaçu, sul da Bahia, informou a *Folha de S. Paulo* (3/5). Há 30 anos, os 54 mil hectares de terra são disputados por fazendeiros e índios pataxós há há hãe. A área estava no foco de grave conflito. A ministra Cármen Lúcia retomou o julgamento iniciado em 2008 com o voto a favor dos índios: de acordo com a ministra, os índios pataxó há há hãe já ocupam cerca de 42 mil hectares da área total e a disputa se restringe aos 12 mil hectares restantes.

PARTO NORMAL CONDENADO?

— A punição com censura pública em jornal de grande circulação do médico Marcos Augusto Bastos Dias pelo Conselho Federal de Medicina, anunciada em maio, reforçou a pertinência do tema da reportagem de capa da última edição da *Radis* (117). Consultor da área técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde e pesquisador

hospitais que já oferecem radioterapia e para construir 48 novas unidades. Além disso, R\$ 180 milhões serão investidos na compra de 80 aceleradores lineares de alta tecnologia e outros acessórios, o que vai expandir o acesso para mais 28.800 pacientes anualmente.

De acordo com o secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Helvécio Magalhães, o investimento faz parte de um plano mais amplo de fortalecimento das ações de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer. “Foram priorizados os cânceres de mama e do colo do útero, buscando ampliar o acesso a exames preventivos e ao tratamento de lesões precursoras e iniciais. E a radioterapia é uma importante modalidade de tra-

tamento desses dois tipos de câncer”, explicou o secretário. Em 2012, foram identificados 260 mil casos de câncer em mulheres — 27% deles, de mama (52.680) e do colo do útero (17.540).

VARIEDADE ALIMENTAR CONTRA A DESNUTRIÇÃO

Brasil, Quênia, Sri Lanka e Turquia lançaram (28/4), durante o Congresso Mundial de Nutrição 2012, realizado no Rio de Janeiro, o Projeto de Biodiversidade para Alimentação e Nutrição, voltado à manutenção da variedade natural de grãos para combater a desnutrição, informou o site da Rio+20 (30/4). O projeto tem investimentos de 35 milhões de dóla-

res, incluindo 5,5 milhões do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (Global Environmental Facility), e é coordenado pela organização Biodiversity International, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

A diversidade de grãos e afins pode se contrapor a um quadro de pouca variedade da alimentação popular, com alimentos processados e pobres em nutrientes dominando as mesas — o que causa uma série de problemas de saúde. Um terço da população mundial sofre com a fome ou com a nutrição deficiente de micronutrientes. Além disso, a obesidade e as doenças crô-

da área materno-infantil, o médico, um dos entrevistados para a matéria, recebeu a pena devido à defesa que faz dos Centros de Parto Normal, um dos eixos da assistência humanizada e da não medicalização do parto, que pode ser realizado por enfermeiras obstétricas. A pena imposta ao médico teria a ver com episódio ocorrido em 2004, no qual ele assinara o atestado de óbito de um bebê que nascera morto na Casa de Parto David Capistrano, em Realengo, Rio de Janeiro, em lugar da patologista que fizera a necropsia e se sentia constrangida de assinar o laudo, devido às manifestações do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (Cremerj) contra a abertura e funcionamento da casa de parto, conforme relata Marcos Dias em carta divulgada na internet. “Não fui denunciado pela mulher ou seus familiares, mas acusado pelo grupo materno-infantil do próprio Cremerj”, conta o médico, que teve como proposta inicial de punição do CFM a cassação de seu registro — da qual ele recorreu. Em repúdio à medida do CFM e em apoio a Marcos Dias, foi divulgada (5/5) em jornal de grande circulação, e reproduzida em diversos sites na internet, uma carta aberta assinada por 29 entidades, como Abrasco, Cebes e Abenfo. “A pena imposta a esse profissional resulta de perseguição política e ideológica”, diz o texto.



nicas relacionadas a dietas pobres atingiram níveis alarmantes.

O projeto deverá intensificar o desenvolvimento de políticas e estruturas regulatórias para o uso sustentável de alimentos importantes, porém subutilizados, normalmente mais nutritivos e mais bem adaptados aos ambientes locais, oferecendo assim menos impactos aos ecossistemas.

“Para dar resposta aos desafios de alimentar uma população mundial de cerca de 9 bilhões de pessoas até 2050, precisamos trabalhar para diversificar a nutrição, o que significa oferecer uma dieta saudável a todos”, analisa Bráulio Dias, secretário executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica (constituída durante a Rio 92).

MESTRADO 1: ALUNOS EM VIDEOCONFERÊNCIA

A Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) realizou seu primeiro curso a utilizar videoconferência para fins educacionais: o Mestrado Profissional em Saúde Global e Diplomacia da Saúde (MPSG&DS), oferecido simultaneamente para alunos do Rio de Janeiro e Brasília. A aula inaugural (11/4), *Mudanças e tendências do sistema mundial e a perspectiva brasileira*, contou com a presença do cientista político e professor do Instituto de Economia da UFRJ, José Luis Fiori como palestrante.

Coordenado pela pesquisadora Célia Almeida e realizado com a colaboração da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e outras instituições, internas e externas à Fiocruz, o mestrado profissional busca estreitar o diálogo entre as áreas de saúde, diplomacia e relações internacionais. A ideia, ainda, é contribuir para fortalecer a cooperação internacional do Brasil em saúde, sobretudo entre os países em desenvolvimento.

“A videoconferência está disponível hoje de forma inovadora para o MPSG&DS. A possibilidade de alcance entre pontos que podem estar simultaneamente em outros estados ou países é um recurso estratégico que agrega valor aos diálogos demandados no campo da pesquisa, do ensino e da gestão”, observou a coordenadora de Tecnologia da Informação da Ensp, Valéria da Silva Fonseca. As aulas serão gravadas e disponibilizadas em um repositório institucional de acesso aberto.

MESTRADO 2: PRIMEIRA TURMA EM ANGOLA

O mestrado em Saúde Pública de Angola organizado pela Ensp/Fiocruz formou (11/5) sua primeira turma, com 15 egressos, em experiência internacional pioneira. Os resultados das dissertações dos novos mestres foram apresentados no I Seminário Brasil-Angola de Saúde Pública, realizado no mesmo dia. Segundo a coordenadora do mestrado, Elizabeth Artmann, os temas das dissertações são todos relevantes para a área da saúde de Angola e essa iniciativa é muito importante para a formação de quadros estratégicos. “As pesquisas realizadas pelos alunos serviram para o conhecimento da realidade de saúde deles”, contou, referindo-se, por exemplo, ao fato de os dados exis-

tentes sobre o país terem como fonte a Organização Mundial da Saúde (OMS). “Agora, os novos dados vão contribuir para a construção de respostas adequadas às suas demandas”, considerou.

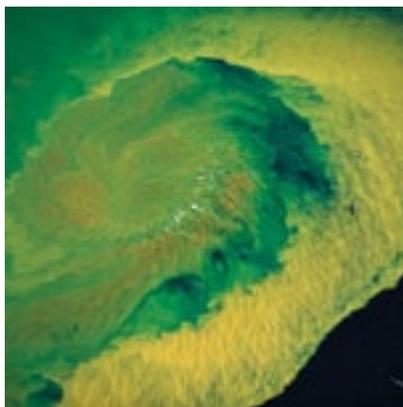
Os formados já foram convidados a atuar como docentes nas universidades locais e deverão participar de grupos de pesquisa ou, ainda, das áreas de gestão e de assistência, visando à reconstrução do sistema de saúde angolano.

PAULO FREIRE, PATRONO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA



O educador e filósofo Paulo Freire (1921-1997) foi declarado pela presidenta Dilma Rousseff patrono da educação brasileira, pela Lei 12.612, publicada no Diário Oficial da União (16/4), informaram o portal G1 e o site Agência Brasil, entre outros. Paulo Freire foi um dos principais pensadores da Educação, revolucionando o pensamento educacional ao propor uma relação dialógica entre educador e educando. Atuando na educação popular e associando o processo de alfabetização à constituição de uma consciência crítica, Freire defendia que refletir sobre a própria realidade e construir o próprio conhecimento era fundamental para o processo de aprendizagem do homem. Uma das obras mais aclamadas do educador é *Pedagogia do oprimido*, publicada em 1970 e traduzida para mais de 40 idiomas. Nela, Freire discorre sobre um modelo de ensino menos vertical do que o instituído. O livro foi escrito durante seu exílio no Chile — que durou 16 anos. Ele fora preso por mais de dois meses em 1964 por ser considerado subversivo pelo regime militar. Paulo Freire recebeu 41 títulos de doutor honoris causa de universidades como Harvard, Cambridge e Oxford. Sua morte, em 1997, ocorreu menos de um mês após ter lançado a última obra, *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*.

SÚMULA é produzida a partir do acompanhamento crítico do que é divulgado na mídia impressa e eletrônica.



CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Sem saúde não há sustentabilidade

Discussões em torno do documento oficial da Rio+20, 'O futuro que queremos', expressam a complexidade e as contradições que permeiam o evento

Adriano De Lavor

“Um mundo onde a pobreza e a desigualdade são endêmicas estará sempre propenso a crises ecológicas, entre outras... O desenvolvimento sustentável requer que as sociedades atendam às necessidades humanas tanto pelo aumento do potencial produtivo como pela garantia de oportunidades iguais para todos”.

Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Relatório Brundtland) – Nosso futuro comum, ONU, 1987

Há tempos a relação entre desenvolvimento, ambiente e saúde é reconhecida como indissociável. A ideia foi legitimada desde que, em abril de 1987, a ex-primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, então presidente da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, divulgou *Nosso futuro comum*, o relatório que tornou público o conceito de desenvolvimento sustentável. Os temas passaram a ser compreendidos como interdependentes, o que exigiu de planejadores, técnicos e gestores uma concepção de desenvolvimento mais ampla, que incluísse, além do caráter puramente econômico, os aspectos sociais.

Assim, causou no mínimo surpresa aos formuladores do campo da Saúde que a proposta inicial, em janeiro, do documento oficial da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), o *Rascunho Zero*, ou *O futuro que queremos*, não fizesse referência à saúde humana. A divulgação do documento gerou reações imediatas, dentro e fora do campo da Saúde, e confirmou a complexidade que permeia o evento. Organizada em torno de dois eixos – Economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável – a Rio+20 reunirá, de 20 a 22 de junho, 135 chefes ou representantes de Estado na conferência oficial e centenas de entidades e instituições da sociedade civil na Cúpula dos Povos, de 15 a 23 de junho.

SAÚDE AUSENTE

Radis recuperou o processo de construção do *Rascunho Zero* (com finalização prevista para o Rio, dias antes da conferência) e de outros documentos que buscam pautar os debates da conferência, repercutiu a importância da centralidade da saúde nas discussões e quis saber o que é essencial para que a Rio+20 se afirme como salto qualitativo

no almejado e necessário cruzamento dos temas desenvolvimento sustentável, ambiente e saúde.

A mobilização gerada pela ausência da saúde na versão original do *Rascunho Zero* (veja as íntegras dos documentos citados nesta reportagem em www.sauderio20.fiocruz.br e no site do RADIS) resultou na produção, na Fiocruz, de um adendo visando a corrigir a falha. Foram preparados cinco parágrafos condensando as principais demandas do campo da saúde (íntegra na seção Pós-Tudo, pág. 23), e, por intermédio dos ministérios da Saúde e das Relações Exteriores, encaminhados ao G77 (bloco das nações em desenvolvimento, criado em 1964, e que hoje conta com mais de 130 países), para inclusão entre as modificações que propunham ao documento. “Nós reconhecemos que a saúde é pré-requisito, resultado e indicador dos três pilares do desenvolvimento sustentável, e elemento essencial da erradicação da pobreza”, inicia o primeiro dos cinco parágrafos, que apontam, ainda, que a saúde humana é determinada por condições sociais, econômicas e ambientais, que devem ser abordadas de forma intersetorial, e que a governança global para o desenvolvimento sustentável pode melhorar aumentando-se a consciência acerca do impacto que as decisões políticas podem causar nos resultados em saúde.

POLUIÇÃO (Da E para D e abaixo)

Cemitério de tanques iraquianos no Kuwait: dispersão de poeira tóxica e radioativa; resíduos de minas de ouro nas Filipinas: águas opacas e intoxicação por mercúrio; petróleo nas areias betuminosas no Canadá: benefício local e prejuízo global; lixo na República Dominicana: doenças, gases tóxicos e paisagem degradada



CIDADES (no alto, sentido horário)

Cidade abandonada perto de Chernobyl: radiação afetou milhões de pessoas; aldeia no Chade: 'árvore de conselho' é ponto de encontro dos habitantes; Vale do M'Zab na Argélia: construções impressionam arquitetos

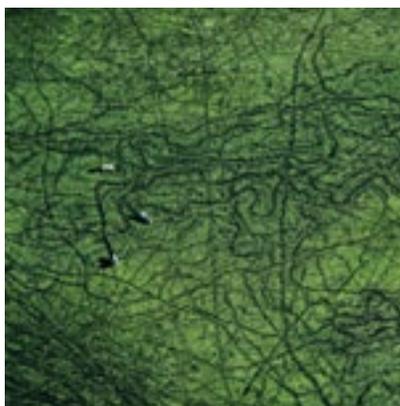


Divulgado em janeiro de 2012, o *Rascunho Zero*, então com 19 páginas, fora construído a partir de seis mil páginas de sugestões de ONGs, empresas, universidades e governos reunidas ao longo de 2011 – inclusive do Brasil, que enviara, inicialmente, o *Documento de contribuição brasileira à Conferência Rio+20*, considerado restrito por sua visão medicalizada da saúde.

NEGOCIAÇÕES

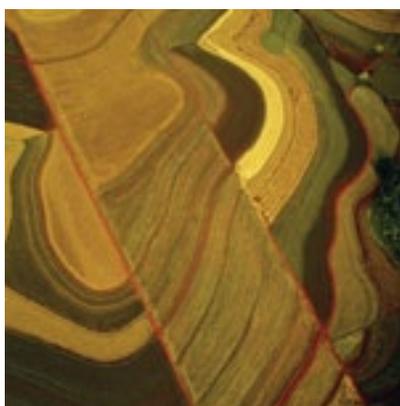
As rodadas de negociação na ONU, em Nova York, a que o *Rascunho Zero* como um todo vem sendo submetido, não se encaminham para um fecho. Na primeira delas, em 27 e 28 de março, o documento passou das 19 páginas iniciais para 200 – já incorporando as novas sugestões brasileiras relacionadas à saúde. Essa nova versão, no entanto, foi considerada, de maneira geral, "pouco ambiciosa" pelos ambientalistas, no que diz respeito a estabelecer metas e compromissos para as nações, de modo que o planeta avance para um desenvolvimento sustentável, e não se limitar a um registro de intenções.

Novamente discutido, em abril, o documento foi reduzido para 150 páginas e teve ampliado o número de temas a serem tratados, de 15 para 27 – entre eles água, energia, alimentos, empre-



CULTIVO (abaixo, sentido horário)

Estufas na Espanha: alta produção e desequilíbrio ambiental; culturas nas margens do rio Uruguai: floresta deu lugar a plantações diversas, inclusive de soja transgênica; Pantanal, Brasil: exploração ameaça ecossistema rico e frágil



Fotos de Yann Arthus-Bertrand, cedidas pelos organizadores da exposição *A Terra vista do Céu*, que está na Cinelândia, Rio de Janeiro. São 130 imagens, que revelam a beleza e a fragilidade do planeta. A exposição, com mais informações sobre as fotos, pode ser acessada na íntegra em <http://terravistadoceu.com>. Radis agradece!



Mulheres do Mali, África, com seus baldes, caminham dez quilômetros para buscar água: 40 bilhões de horas gastas por ano no mundo, com essa tarefa

CAPA

gos, cidades, oceanos, preparação para desastres, erradicação da pobreza, turismo, transporte, mudanças climáticas, consumo e produção sustentáveis, terras, produtos químicos e florestas. O nível de detalhe, no entanto, foi reduzido, devido à resistência dos países em fazer

concessões que levassem a ações mais concretas. Houve, ainda, críticas, como as do alto comissariado da ONU, que apontou pouca importância conferida aos direitos humanos em seu teor. Conforme relatado em jornais, revistas e sites, o G77 chegou a rachar em relação a dois

pontos — a reforma das instituições de desenvolvimento sustentável da ONU, com a defesa dos países europeus, e oposição dos Estados Unidos, de que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) seja transformado numa agência independente, e o estabelecimento durante a Rio+20 do embrião de uma convenção mundial para a proteção dos oceanos. Enquanto o Brasil demonstrou interesse na ideia, a Venezuela, por exemplo, não aceitou.

Diante dos impasses nas negociações, foi necessário convocar uma rodada extraordinária em 29 de maio. As discussões deverão render até as vésperas do encontro dos chefes de Estado, no dia 20 de junho.

SAÚDE PROPOSTA

A inclusão da temática da saúde de forma mais expressiva nesse debate, foi propiciada pelo adendo encaminhado ao G77 para apresentação às Nações Unidas. De acordo com o sanitarista Paulo Buss, coordenador do Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris/Fiocruz), eram boas as expectativas de que as sugestões brasileiras fossem acolhidas no debate. Responsável pelo centro que organizou o escritório da Fiocruz para a Rio+20 e o site Saúde na Rio+20 (www.sauderio20.fiocruz.br), ele observa que o tema da saúde esteve presente em um capítulo in-



FOTO: SERGIO EDUARDO DE OLIVEIRA

RIO+20
terá valido a
pena se...

“Se gerar um programa de compromissos e uma estrutura de governança capaz de dar consequência a eles; se conseguir fazer uma interação virtuosa entre o movimento dos governos e Estados e o movimento da Cúpula dos Povos. Também, se a repercussão interna no Brasil for significativa: se houver mudanças na percepção, cultura, programas e comprometimentos, na sociedade e no governo, com relação a agir exemplarmente. E ainda se a saúde sair da situação de opacidade que vem tendo nas cúpulas (de clima, de biodiversidade etc.). Uma medida do sucesso é a saúde adquirir a principalidade que tem nessa discussão. A saúde é o indicador mais sensível dos efeitos de degradação ambiental, de um processo de desenvolvimento perverso. A conferência também terá valido a pena se a Fiocruz ganhar capacidade de agir, nas suas relações e projetos, como protagonista da interface que tem entre o campo social e o do desenvolvimento; se ganhar instrumentos conceituais, programáticos e de densidade para firmar seu protagonismo e conseguir ser exemplar em suas práticas, com relação ao desenvolvimento sustentável”.

Paulo Gadelha
Sanitarista, presidente da Fiocruz

teiro da *Agenda 21* (documento oficial da Rio 92) e teve sua importância reafirmada na Rio+10, realizada em Joanesburgo, África do Sul, em 2002. “Não seria na Rio+20 que a saúde estaria ausente” (leia entrevista na pág. 18).

De modo a tornar a saúde presente também durante as discussões a serem levadas à frente pela sociedade civil, durante a Cúpula dos Povos, nas plenárias e na Assembleia dos Povos, marcada para 21 de junho, dois outros documentos brasileiros, mais detalhados, estão em circulação. *Saúde e desenvolvimento sustentável: Saúde na Rio+20* foi discutido nos âmbitos da União das Nações Sulamericanas (Unasul) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e incluído na pauta da reunião da Assembleia Mundial da Saúde — principal órgão decisório da Organização Mundial da Saúde (OMS), da qual participam delegações de todos os Estados-Membros —, em Genebra, Suíça, em 24 de maio.

Ao mesmo tempo, discussões promovidas dentro da Fiocruz resultaram no documento *Saúde na Rio+20: Desenvolvimento sustentável, ambiente e saúde*, produzido pelo Grupo de Trabalho para a Rio+20. Durante todo o mês de maio, o texto recebeu sugestões e críticas dos pesquisadores da Fiocruz, pelo site www.sauderio20.fiocruz.br, e, inicialmente, se tornaria a posição oficial do Ministério da Saúde na conferência, caso os diversos setores do governo viessem a se manifestar separadamente na Rio+20 — o que não aconteceu.

POTENCIAL MOBILIZADOR

O texto reforça a defesa da centralidade da saúde humana nos debates sobre sustentabilidade e governança e foi construído a partir de estudos elaborados nos últimos anos no campo do desenvolvimento, ambiente e saúde, propondo desdobramentos à Conferência, a partir das visões acumuladas pela expertise da Fiocruz.

“A Rio+20 é o momento de se retomarem as bases da Reforma Sanitária brasileira, estabelecidas no conceito ampliado de saúde, sua relação com o ambiente e a força política de suas estratégias e alianças”, avaliou a presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), Ana Maria Costa, em seminário organizado pela Fiocruz, para lançamento do documento, em abril. Ana Costa destacou ainda que, durante a conferência, não há como despolitizar o debate sobre os temas. “Não podemos deixar de avaliar a ONU como instituição aderente ao projeto dos países que dominam o modelo de sociedade de consumo responsável pelas

desigualdades”, observou, considerando que a lógica do mundo capitalista e do mercado financeiro é “construir privilégios para determinados países”.

Ela definiu a economia verde como uma proposta capaz de seduzir determinados setores exatamente por se mostrar parcial e concentrar-se em questões periféricas. “É preciso aproveitar o potencial mobilizador da saúde para que a resposta dos governos seja mais efetiva, no sentido de convocar modelos de governança que repolitizem o debate e encontrem soluções”, defendeu.

MODELO INSALUBRE

A importância de se garantir a centralidade da saúde nas discussões da Rio+20 também é destacada pelo médico Valcler Rangel, vice-presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da fundação. É necessário, defendeu no mesmo evento, promover uma revisão nos modos de produção e de consumo, e estabelecer medidas contrárias àquelas responsáveis pelas desigualdades. “Não há como dissociar desenvolvimento sustentável de um sistema de seguridade social”, considera.

Outros temas relacionados a ambiente, saúde e sustentabilidade motivam defesas veementes. A crítica ao modelo de agricultura que se pratica no Brasil é um deles. Na aula inaugural que proferiu em março na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp/Fiocruz), programada no âmbito da Rio+20, o coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), João Pedro Stedile, alertou para os perigos representados pelo agronegócio no Brasil, responsável por graves problemas de saúde pública e degradação ambiental. “600 mil brasileiros vão morrer por algum tipo de câncer nos próximos anos, e a principal causa desses cânceres são os agrotóxicos existentes nos alimentos”, apontou.

Stedile informou que o país é recordista no consumo mundial de venenos agrícolas, associando a alta difusão dos produtos à etapa atual do capitalismo, a globalização, que exige um novo modelo para a agricultura, hoje, baseado na produção de lucros a qualquer custo. Segundo ele, este modelo, sustentado por grandes empresas transnacionais, pela burguesia agrária moderna e pelos meios de comunicação de massa, produz um PIB anual de 140 bilhões, mas representa um



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

RIO+20
terá valido a
pena se...

“Se os governos reunidos derem algum sinal de que passaram a considerar a questão ambiental uma questão de Estado. Levar o meio ambiente a sério significaria estabelecer medidas destinadas a impedir que a imensa maioria formada por populações pobres do mundo pague pela degradação dos recursos ambientais provocada pelos detentores da riqueza. Talvez possamos dizer que a conjuntura da conferência terá valido a pena se, a despeito do debate público empobrecido e de uma mídia que banaliza e naturaliza tudo na mão dos autodesignados *especialistas*, a sociedade perceber que, após 30 anos de liberalização das economias e de realização de algumas conferências mundiais, a degradação ambiental no mundo aumentou e a desigualdade social idem. A Rio+20 não terá valido a pena se confirmar-se a propensão a fazer das conferências intergovernamentais sobre meio ambiente o momento de exibição de um ambientalismo-espetáculo que despolitiza o debate. Para os grandes agentes predatórios — agronegócio monocultural, indústrias sujas, grande mineração etc., aqueles mesmos que se apressam em ambientalizar o discurso e investir em marketing verde —, a conferência terá valido a pena se conseguirem diluir suas responsabilidades, alegando que as crianças devem convencer suas mães a fechar as torneiras, sem que se esclareça que os recursos ambientais são apropriados de forma muito desigual e em enorme maior proporção para os fins da acumulação de riqueza do que para os usos domésticos”.

Henri Acselrad

Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ)

risco à saúde pública e à manutenção da biodiversidade (ver também *Radis* 114).

O agronegócio também preocupa o filósofo e educador Jean Pierre Leroy, da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase). Ele considera que o modo de produção baseado na propriedade intelectual de sementes é reflexo das contradições de uma “mercantilização dos territórios e da vida”, implementada por um contexto neoliberal que aumentou o poder das grandes corporações. Na aula que ministrou na Fiocruz, em março, ele defendeu que, apesar do conceito de desenvolvimento sustentável ter sido um avanço, na teoria, o capítulo 2 da Agenda 21, proposto durante da Rio 92, defendia na verdade a economia aberta internacional.

Leroy disse que, agora, a proposição da economia verde traz consigo a ideia de que as soluções para o desenvolvimento são tecnológicas e que estão nas mãos das grandes corporações. “O que se vê é a apropriação maciça de territórios, com estigmatização e marginalização de comunidades camponesas”, criticou. O professor afirmou que já tem clareza de que é falso esse discurso: “Se nada melhorou desde 1992, isso tende a piorar”.

Ele enxerga na luta pelos direitos humanos um caminho para fazer frente à força dos interesses do capital. “Algo mais rico para interferir na Rio+20 está no campo do direito, porque este pode dialogar com a economia”. Neste

sentido, ele defendeu uma maior atenção aos conceitos de justiça/injustiça ambiental – como boas estratégias de trabalho na conferência –, uma maior articulação dos movimentos sociais e um maior protagonismo da Saúde na democratização do debate. “Não é possível colocar bens comuns a serviço do mercado. O SUS é bem comum”.

JUSTIÇA AMBIENTAL

O coordenador do Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (*Radis* 95), Marcelo Firpo Porto, do Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh/Ensp) da Fiocruz, também aponta para a necessidade de se estabelecer uma relação mais estrita entre saúde, ambiente e desenvolvimento com as questões relacionadas à luta pelos direitos humanos e defesa da democracia. “São questões centrais da conferência, que não podem estar fora da agenda”, afirmou em seminário que discutiu o documento elaborado pelo GT da Fiocruz para a Rio+20. Neste sentido, defende uma maior aproximação com os movimentos sociais e a sociedade civil.

Marcelo também chama atenção para a necessidade de se discutir, no momento em que se aborda a economia verde, todos os conflitos ambientais produzidos pelo atual modelo de desenvolvimento. “A mercantilização da

natureza e da vida e a subordinação à economia de mercado são elementos centrais da economia verde”, assegurou. Ele lembrou que há grandes contradições entre o modelo de desenvolvimento brasileiro, baseado na produção de *commodities* rurais e metálicas e nos grandes empreendimentos, e as tragédias ambientais ocorridas no país.

MERCADO VERDE

A economia verde também é criticada por Camila Moreno, coordenadora do Programa de Sustentabilidade da Fundação Henrich Boell no Brasil, organização alemã voltada a sustentabilidade e direitos humanos. “Se existisse floresta por todos os lados, alguém pagaria por um espaço para que as araras pudessem se reproduzir? Se houvesse água limpa por todos os cantos alguém pagaria por água?”, questionou a pesquisadora, na aula que proferiu em março na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). Para ela, a economia verde carrega em si esta grande contradição, que é somente produzir riqueza quando há escassez dos recursos naturais.

Camila explicou que a economia verde interessa aos grandes proprietários de terra e ao agronegócio. Ela exemplificou: é por isso que os partidários defendem a ideia de que as cidades são mais eficientes do que o campo. Segundo ela, a estratégia é justamente esvaziar o campo para que se viabilize a venda de pacotes tecnológicos. Isso não será possível se o campo ainda estiver ocupado por comunidades assentadas, povos indígenas, quilombolas, populações que usam muito pouco dinheiro. “O campo deverá ser o local onde se vai produzir ecoturismo e vender pagamento por serviços ambientais”, alerta.

Ela se mostrou preocupada com o lançamento da Bolsa Verde – que irá vender créditos de carbono, direitos de emissão de efluentes químicos na Baía de Guanabara, além de títulos das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) –, e a aprovação do Código Florestal, que privilegia interesses ruralistas.

CARTAS E POSIÇÕES

Para a pesquisadora, o maior perigo é a possível criação de um mercado, onde se comercializará o que ainda resta da natureza. Para conter esse avanço, considera, somente a mobilização dos que são contrários à apropriação dos bens comuns, das áreas de uso coletivo. “Precisamos de populações que ainda acreditam que não é privatizando que se vai construir outra sociedade”.



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

RIO+20
terá valido a
pena se...

“Em primeiro lugar, sempre vale a pena um evento desse porte. Em relação ao evento oficial, terá valido a pena se respeitarmos o acúmulo de conhecimento promovido pelas conferências do clima, para transição para uma economia de baixo carbono. Em relação à Cúpula dos Povos, terá valido a pena, se conseguirmos repactuar com os agentes de transformação que estamos trazendo – representantes dos movimentos *Occupy*, dos Estados Unidos, da *Primavera Árabe*, dos *Indignados*, da Espanha – uma nova agenda global de lutas. Movimentos contra a precificação da natureza e em defesa dos bens comuns (água e biodiversidade), garantindo esses bens como direitos da humanidade e não permitindo sua negociação em bolsas de valores. Valerá a pena se estabelecermos uma agenda que avance nas conquistas firmadas pela Rio 92, pela Conferência da Biodiversidade, pela Carta do Clima; se a sociedade civil se empenhar para encontrar soluções para as crises, baseadas na agroecologia, na economia criativa e solidária, e estabelecer um novo paradigma de produção e consumo, ainda não reconhecidos pelos governos e corporações”.

Carlos Painei

Ambientalista do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBONGS) e integrante do comitê facilitador da Cúpula dos Povos



Piscinão de Ramos, no Rio de Janeiro: lazer para população de bairros populares, impossibilitada de frequentar a praia poluída

Muitas outras considerações, alertas e demandas à Rio+20 foram veiculadas em documentos abertos produzidos por cientistas, instituições e organizações da sociedade civil. Em carta divulgada por meio da organização da Cúpula dos Povos, a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, reunião de ONGs, sindicatos e outras organizações do terceiro setor que acompanham e monitoram projetos apoiados por agências multilaterais de financiamento no país, denuncia que a Rio+20 será “o momento de consolidação, ideológica jurídica e legal, de um modelo de desenvolvimento que aprofunda o capitalismo”. A instituição orienta que a Assembleia dos Povos deve ser um espaço de resistência ao processo de “implementação da economia verde neoliberal”, denunciando “a captura corporativa de espaços multilaterais” e exigindo dos governos “que sigam a agenda política dos povos e não das corporações, das elites e das instituições financeiras”.

Um grupo de organizações da sociedade civil e movimentos sociais internacionais também manifestou na Cúpula dos Povos preocupação acerca da pouca importância dada à defesa dos direitos humanos, no texto do documento *O futuro que queremos*. A denúncia dizia respeito às poucas referências a direitos como a alimentação e nutrição apropriadas, água segura e limpa, saneamento

e meio ambiente limpo e saudável. “Os mercados devem trabalhar para as pessoas, não as pessoas para os mercados”, defendeu o coletivo de instituições, que recomendou que as negociações da Rio+20 fossem conduzidas no sentido de se respeitarem “a agenda legítima dos povos e o cumprimento de seus direitos; a democracia e a sustentabilidade; além do respeito à transparência, responsabilidade e sem voltar atrás nos compromissos”.

Está nas mãos da sociedade civil, das organizações e movimentos de cidadania fazer a diferença na Rio+20 e inverter o jogo — *business as usual* — da conferência oficial, como analisa o sociólogo Cândido Grzybowski, diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Ele diz nada esperar dos Estados, neste momento, já que os países desenvolvidos enfrentam uma crise que os coloca avessos a quaisquer compromissos e, entre



FOTO: DIVULGAÇÃO DIEESE

RIO+20
terá valido a
pena se...

“Se for um encontro representativo e tiver a participação da maioria das grandes economias do planeta; se for capaz de apresentar investimentos de governança global que enfrentem os desafios do desenvolvimento sustentável; se for capaz de declarar estratégias de financiamento coerentes com essa perspectiva de mudança de rota no desenvolvimento do planeta; se houver perspectiva de envolvimento e mobilização da sociedade nesses processos e indicar para governos que os financiamentos devem estar orientados para novos padrões de produção e de consumo. Esses são elementos-chave da conferência, que deve ter como pressuposto a ideia de que as dimensões econômica, social e ambiental formam uma unidade. Não se podem pensar essas dimensões separadas; elas são o tripé do desenvolvimento sustentável”.

Clemente Ganz Lúcio

Sociólogo, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (Dieese)



Parque eólico na Dinamarca: país pretende satisfazer 50% de sua demanda de eletricidade com energia eólica, até 2025

os emergentes, há clara opção por um desenvolvimento capitalista globalizado, que prioriza altas taxas de crescimento.

Mesmo diante da fragmentação dos movimentos espalhados pelo mundo, Cândido enxerga aí potencialidades da luta cidadã e a possibilidade de

um movimento, “que leve de roldão Estados, organizações multilaterais e empresas, desencadeando um processo transformador deste capitalismo gerador de exclusões e desigualdades, e destruidor, da vida e da Mãe Terra”.

Mesmo assim, considera que essa

é uma luta demorada, que vai exigir engajamento de universidades, instituições de pesquisa, comunicação e cultura, organizações de cidadania, no sentido de “produzir e sistematizar um pensamento novo, com nova ética e nova visão”

O presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, aponta que, a partir da Rio+20, espera-se que governos, sociedade e academia produzam interações, que mesmo conflitivas ou contraditórias, sejam produtivas, caso criem um espaço de confluência de ideias. Isso depende, de um lado, da conformação dos sistemas de governabilidade — se mais fechados ou mais permeáveis aos movimentos sociais —, e de como esses movimentos se articulam globalmente, para gerar pressão por mudanças (nos níveis global, regional e local).

Gadelha vê papel importante para os cientistas, que, ao mesmo tempo em que podem oferecer contribuições diferenciadas em relação à produção de conhecimento, são atores políticos que não estão em condição de neutralidade. Podem qualificar o debate e estão imersos na disputa pelo modelo de sociedade e de desenvolvimento que se quer.

O professor Henri Acselrad, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), esclarece que, do ponto de vista dos sujeitos sociais que percebem na questão ambiental uma



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

RIO+20
terá valido a
pena se...

“Para os povos indígenas, a Rio+20 vai valer a pena se for um espaço de aglutinação de ideias que contemplem as especificidades étnicas, sociais e culturais, considerando as diversas realidades com proporcionalidade de participação e decisão. Bom seria se os chefes de nações estivessem preocupados em discutir políticas concretas com vistas a reduzir o nível da desigualdade social e garantir os direitos territoriais de nossos povos, e se cumprissem os acordos firmados. Vinte anos após a realização da primeira conferência que tratou do tema, só se percebem avanços de ordem burocrática para os *pequenos* e de ordem monetária para os *grandes*, o que só aumenta a ambição pelo acúmulo de bens econômicos em detrimento do maior bem, a mãe natureza. Desenvolvimento sustentável jamais deverá ser conduzido pela ótica do crescimento econômico, da ganância, e sim sob o olhar da promoção do bem viver e da soberania popular. A Rio+20 vai valer a pena se o resultado for a promoção da justiça social e ambiental para todos os povos e a valorização dos bens comuns.”

Sônia Guajajara

Vice-coordenadora da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)

dimensão central da crise do capitalismo, a expectativa é que as grandes corporações não façam da crise ecológica uma oportunidade a mais de ampliação de seus lucros e mercados. Já dos Estados nacionais, espera-se que parem de flexibilizar as leis e normas conquistadas e interrompam os processos de privatização de fato dos espaços formalmente não mercantis, formados pelo ar, pelas águas e pelos sistemas vivos.

ROBIN HOOD ÀS AVESSAS

Já das organizações da sociedade civil, espera-se que percebam que o meio ambiente é questão política, atinente à construção de futuros comuns, pelo combate aos processos que concentram os benefícios do desenvolvimento em poucas mãos e os danos ambientais, sobre os mais despossuídos.

O pesquisador percebe a existência de uma euforia associada ao desenvolvimentismo expropriatório em vigor, “com seu *robinhoodismo* ao contrário”, que tira recursos de povos tradicionais nos campos e dos marginalizados nas cidades para dar para as grandes empreiteiras, mineradoras e indústrias; que põe todos as localidades do mundo em competição pela oferta de “ambientes de pobreza a poluir” para atrair os investimentos internacionais — segundo ele, uma aplicação prática da estratégia do *Memorandum Summers* do Banco Mundial, documento de 1991, segundo o qual a racionalidade econômica justificava que todas as práticas poluentes se transferissem para os países e, por extensão, localidades e bairros pobres. “Parece que, por ora, não há muito o que esperar”, conclui.

Para Acselrad, a Rio+20 não terá valido a pena caso se confirme a propensão a se fazer das conferências intergovernamentais sobre meio ambiente “o simples momento de exibição de um ambientalismo-espetáculo que despolitiza o debate e as ações pertinentes ao problema ambiental”.

RADIS NO DEBATE

♦ O Programa RADIS vem discutindo o desenvolvimento sustentável e saudável ao longo dos anos. A revista *Radis*, nas edições nº 8, 22, 24, 29, 56, 84, 88, 94, 95, 98, 102, 106, 108, 110, 112 e 113. Nas publicações que deram início ao programa, a Rio 92 e a visão ampliada de saúde também estavam em pauta: o jornal *Proposta*, edições 23 e 30, as revistas *Súmula* nº 48, *Dados* nº 16 e *Tema* nº 18 são alguns exemplos.

♦ Leia a íntegra de todos os documentos citados nesta reportagem em www.saude-rio20.fiocruz.br e no site do RADIS (www.ensp.fiocruz.br/radis).

A força da sociedade civil

De 13 a 23 de junho, a sociedade civil com representantes do mundo inteiro mobiliza-se na Cúpula dos Povos, que transcorre em paralelo à Rio+20. Organizações, coletivos e movimentos sociais, reunidos no Aterro do Flamengo em plenárias e atividades de articulação, querem propor “uma nova forma de se viver no planeta, em solidariedade, contra a mercantilização da natureza e em defesa dos bens comuns”, como aponta o site da cúpula. Os debates são preparatórios para a Assembleia dos Povos, dia 21 de junho, que definirá ações para o período seguinte à conferência. Outros locais, como a Quinta da Boa Vista e a Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, com a Kari-Oca, reprodução de uma aldeia com espaço de debates para 1.600 indígenas brasileiros e estrangeiros, também estarão envolvidos.

O entendimento dos dirigentes da Cúpula sobre a melhor maneira de encaminhar os debates nem sempre coincidiu com o que propuseram o governo e a organização oficial da conferência. No início de maio, o

Comitê Facilitador da Sociedade Brasileira para a Rio+20 (CFSC), responsável pela Cúpula dos Povos, divulgou nota recusando sua participação nos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável (DDS), de 16 a 19 de junho, organizados pelo governo brasileiro.

No texto, apesar de reforçarem a importância do diálogo para fazer avançar suas demandas, consideraram a proposta dos DDS foi estabelecida de cima para baixo, indicando “que os diálogos e seus resultados serão controlados pelo governo”.

O processo de discussões da Cúpula dos Povos organiza-se em três vertentes. As atividades de articulação visam promover reflexões e fazer propostas que estarão reunidas em uma segunda vertente, as plenárias de convergência. Estas reunirão propostas em grupos temáticos (Direitos, por justiça social e ambiental; Defesa dos bens comuns contra a mercantilização; Soberania alimentar, energia e indústrias extrativas; e Trabalho, por uma outra economia e novos paradigmas de sociedade), que levarão o resultado de suas discussões à Assembleia dos Povos, em 21/6. Os debates foram abertos também virtualmente, na Rede dos Povos, pelo site www.cupuladospovos.org.br.



FOTO: IBASE

“A Rio+20 só terá sentido se for o marco histórico de uma vontade coletiva, para mudar inteiramente o modo como nos pensamos e nos relacionamos, entre nós e com a natureza. Estamos no caminho do desastre. A civilização capitalista industrial dominante, com seu produtivismo e consumismo, e as condições do crescimento contínuo em vista do lucro e da acumulação, estão aprofundando desigualdades e exclusões e destruindo a base de toda a vida no planeta Terra. Para que a Rio+20 seja um marco, deverá engajar a humanidade num processo de transformações profundas que garantam a sustentabilidade da vida e do planeta. Por outro lado, não terá validade, se for promotora da economia verde, uma ameaça real, pois o que está proposto oficialmente na Rio+20 é o desenvolvimento sustentável definido dessa forma. Trata-se de privatizar e mercantilizar a natureza, negando o direito aos bens comuns. Com a economia verde, trata-se de *liberar* completamente as entranhas da vida ao domínio e à exploração do capital. Com base na biotecnologia e nanotecnologia, na precificação dos serviços ambientais, buscam-se condições para submeter a natureza a um novo ciclo de crescimento e expansão do capitalismo destrutivo e excludente”.

Cândido Grzybowski

Sociólogo, diretor geral do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)



ENTREVISTA / PAULO BUSS

Desenvolvimento sustentável requer população saudável

Adriano De Lavour

Coordenador do Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris/Fiocruz), onde se concentraram as ações da Fiocruz para a Rio+20, o sanitarista Paulo Buss defendeu, nesta conversa com a *Radis*, que não se assegura desenvolvimento sustentável sem garantir uma população saudável, o que, por sua vez, depende de um ambiente que favoreça o seu estabelecimento. Neste sentido, lembrou que as recomendações feitas pela Saúde brasileira ao *Rascunho Zero*, ou *O futuro que queremos*, apontam para a conquista ampla da equidade. Internamente, também fortalecem a defesa do SUS. Paulo comentou ainda sobre as possibilidades de enfrentamento da força do capital e as críticas feitas ao PIB como medida de riqueza dos países. Por fim, acenou para o que se espera de governos, sociedades e cientistas após a Rio+20. “Precisamos de Estados, não mínimos, com o tamanho correto, que sejam, sobretudo, reguladores e promotores de equidade”, afirmou.

Quais as principais contribuições do Brasil para a redação de *O futuro que queremos*?

Basicamente, a posição do Brasil [expressa nos cinco parágrafos encaminhados pelo Governo Federal ao *Rascunho Zero*] chama a atenção para as conexões entre desenvolvimento, ambiente e saúde. A saúde humana depende fundamentalmente de um ambiente saudável, onde haja água acessível, o esgoto seja adequadamente eliminado e todo o lixo e rejeitos sólidos — domésticos ou industriais — adequadamente dispostos; onde o ar seja limpo para ser respirado. E também onde exista comida em quantidade e qualidade adequadas, o que chamamos segurança nutricional e alimentar.

Como se articula isso com o desenvolvimento?

Não tem sentido haver um desenvolvimento que já se mostrou nocivo,

é interpretado apenas como crescimento econômico a qualquer custo. O desenvolvimento não pode ser degradante para o ambiente, porque aí se fecha um ciclo vicioso, negativo, em que o crescimento desmesurado gera populações doentes, que vão empobrecer, que não vão contribuir para o verdadeiro desenvolvimento. Não se assegura desenvolvimento sustentável se não houver uma população saudável. A contribuição da Saúde para um documento como o da Rio+20 parte dessas considerações. Já na Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais (*Radis* 110), havia uma série de recomendações e de convergências sobre entendimentos a esse respeito, que incluem a ideia de ações interseoriais em prol da saúde.

“O Brasil não está isento da luta entre capital e trabalho, capital e ambiente, capital e saúde”

Como seguir essas recomendações?

É importante que tenhamos uma sociedade mais equitativa do ponto de vista econômico, do ponto de vista do acesso a bens e serviços, com melhores condições de habitação, condições de trabalho protetivas, um sistema de proteção social para a mulher, os trabalhadores, as crianças e os idosos, isto é, um conjunto de políticas públicas e sociais incluídas, capazes de gerar oportunidades para as pessoas “realizarem” suas vidas. E aí entram os sistemas de saúde, que são fonte de iniquidade, atualmente. Eles têm que ser universais, estar ao alcance de toda a população; integrais, cobrindo todo o espectro de necessidades com serviços correspondentes, fornecendo atendimento semelhante a todas as pessoas.

Que outras recomendações estão partindo do setor Saúde para o debate na Rio+20?

Procuramos trabalhar o diálogo entre a agenda internacional da saúde e a agenda internacional do desenvolvimento sustentável, lembrando, por exemplo, a questão das doenças crônicas não transmissíveis, responsáveis por grande parcela de mortes e de má saúde. São as doenças cardiovasculares, cerebrovasculares, diabetes, enfim. Há também as questões de saúde mental, e as causas externas da violência. Procura-se puxar essa agenda e dizer que o desenvolvimento adequado tem que incorporar o enfrentamento pelo sistema de saúde dessas questões, e também que o ambiente — físico, social, econômico, e cultural — tem que ser favorável, para que possamos mudar esse cenário.

Nesse sentido, o documento oferece contribuições para o fortalecimento do SUS...

O documento legitima o próprio transcorrer da institucionalidade da política pública brasileira e da institucionalidade do SUS. Nós temos que, internamente, manter uma luta intensa para que tenhamos equidade no Brasil, para que essa política de crescimento com distribuição se mantenha, para que as políticas recentes de redução da pobreza, da extrema miséria, se mantenham; para que tenhamos um crescimento econômico responsável, que seja redistributivo. Um documento que resulta da convergência de posições políticas e técnicas dos países que compõem as Nações Unidas é muito importante porque reassegura políticas internas brasileiras. O Brasil não está isento da luta entre capital e trabalho, capital e ambiente, capital e saúde. Existe uma pugna política interna de interesses muito diversos.

Pode dar exemplos?

Em geral, leis relacionadas com qualquer tipo de regulação da atividade econômica e social no Brasil, como o Código Florestal, têm essa tensão entre interesses particulares e públicos. Vemos um constante movimento de insistência pela privatização no campo da saúde; há também tensão no campo da proteção social, na questão do acesso e da propriedade intelectual dos medicamentos. São injustas as críticas feitas ao Bolsa Família, à proposta do Brasil Sem Miséria, iniciativas que procuram ser inclusivas numa sociedade que tem 500 anos de experiência de exclusão. Temos que defender as políticas inclusivas no campo social e no campo econômico, porque existe disputa de interesses de grupos contra e a favor dessas políticas. Não sejamos ingênuos, o Brasil não é um mar de tranquilidade e harmonia. Estamos vivendo todo o tempo essa tensão. Temos que fazer uma defesa firme dos princípios constitucionais do SUS, da proteção social, da questão ambiental. Temos que defender tanto os princípios constitucionais quanto as políticas que são motivo permanente de disputa dentro da sociedade brasileira.

“Leis como a do Código Florestal têm essa tensão entre interesses particulares e públicos”

A luta pelos direitos pode fazer frente à força do capital?

Concordo totalmente com isso. Agora, se inventou a ideia de responsabilidade social, mas na história dos sistemas capitalistas, o capital centra toda a sua visão no lucro e ignora os efeitos de sua atividade sobre o ambiente, sobre a saúde e sobre a qualidade de vida. É interessante porque esse sistema fala sobre coisas curiosas como a mão invisível do mercado sendo capaz de produzir justiça. Está comprovado que se deixarmos na mão invisível do mercado, o que irá acontecer é mais iniquidade, mais injustiça e pior qualidade de vida. Nós precisamos de Estados, não mínimos, mas com o tamanho correto, que sejam, sobretudo, reguladores e promotores de equidade. O capital financeiro, segmento muitas vezes odioso do capitalismo internacional, produziu uma crise que afetou milhares de pessoas nos países desenvolvidos, Estados Unidos e Europa. As pessoas estão vivendo

hoje em situação degradante, uma população acostumada a viver com certo conforto. Houve o período da privatização do lucro e agora, na crise, o que se verifica é que se socializou o prejuízo. Passaram para as dívidas públicas dos Estados desenvolvidos a dívida resultante da crise gerada pelo setor privado.

Como fica a América do Sul nesse cenário?

Vivemos democracias recentes na América do Sul, na América Latina. Saímos de processos ditatoriais e precisamos assegurar que essa relativa bonança econômica que estamos vivendo não seja afetada pela crise dos países centrais do capitalismo. Temos que ter políticas que utilizem o mercado interno e sejam geradoras de proteção social e equidade, políticas que o Brasil vem fazendo hoje. Um documento que seja aprovado com essas características reforçará algumas políticas pelas quais, inclusive, a presidenta Dilma tem sido aclamada em viagens internacionais.

Como vê as propostas de substituição do Produto Interno Bruto (PIB) como medidor da riqueza dos países?

Há inúmeras maneiras de se fazer isso. Na situação que estamos vivendo, de grandes ameaças ambientais, é importante que os países consigam identificar nos seus recursos naturais parte da sua verdadeira riqueza: um país que tenha terras agriculturáveis, que tenha água potável em abundância, que tenha florestas — acho que não estou falando de um país muito desconhecido! Um país como o Brasil, que tem um patrimônio natural e uma população diversificada, que não tem entrado em conflitos armados, que tem trabalhado por uma cultura de paz na sociedade, tem muitos patrimônios a serem contabilizados como positivos para a qualidade de vida e para a inclusão social. Nós podemos acenar essa bandeira orgulhosamente.

O que esperar dos governos e da sociedade, a partir da Rio+20?

Sempre achamos que os governos são representantes da nação. Na verdade, muitas vezes os governos são capturados por corporações econômicas, por interesses muito particulares dos segmentos do capital. Então, acabam por não representar as nações. É preciso vigilância da sociedade civil, da nação, sobre a ação dos seus governos. Não dá para os governos defenderem na Rio+20 posições contrárias aos inte-

resses nacionais. Apesar de o governo Obama ser muito mais comprometido com algumas metas em saúde e desenvolvimento sustentável, é preciso reduzir a captura dos Estados Unidos por esses interesses corporativos. Que a população americana tenha seu papel de pressão sobre isso, caso contrário, eles passam a representar apenas os acionistas dessas empresas, a exemplo da indústria farmacêutica, entre muitas outras.

“Precisamos de Estados, não mínimos, com o tamanho correto, reguladores e promotores de equidade”

E o que esperar dos cientistas?

Cientistas, pesquisadores, academias, universidades e institutos de pesquisa têm evidências que devem ser apresentadas à sociedade e aos governos para tomada de posições favoráveis à inclusão e ao desenvolvimento sustentável. Os cientistas são muito importantes para mostrar as evidências sobre políticas adequadas e a nocividade de políticas não adequadas ou da inexistência de certas políticas.

Que mudanças são esperadas no campo da Saúde?

Nós temos uma fração muito importante da economia movida pelo setor da Saúde, desde os serviços (hospitais, ambulatórios, laboratórios etc.) até o complexo que produz insumos (medicamentos, vacinas, kits para diagnóstico, equipamentos etc.). Esse complexo produtivo pode estar no marco de uma economia *marron*, com atividades e serviços industriais poluentes, consumidora irracional de energia e que não protege seus trabalhadores, ou podemos ter um complexo produtivo *verde*, com responsabilidade sobre os rejeitos sólidos, sobre a poluição ambiental de maneira geral. A indústria química farmacêutica é poluente; a produção de artefatos radioativos, necessários no diagnóstico ou para uso terapêutico é poluente; os hospitais que não utilizam racionalmente energia são grandes consumidores de energia. Existe a possibilidade de construirmos sistemas de saúde e complexos produtivos mais *verdes* e menos *marrons*, mais comprometidos com a sustentabilidade, com a proteção de seus trabalhadores, muitas vezes submetidos a situações insalubres. 

Uma política para garantir o direito à saúde no sistema prisional

Plano em vigor hoje contempla apenas os já julgados e condenados

Bruno Dominguez

Cerca de 520 mil pessoas vivem presas em 1.771 estabelecimentos penais espalhados pelo Brasil, onde haveria vaga para menos de 310 mil, segundo o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (Infopen), do Ministério da Justiça. Essa população está muitas vezes sujeita a condições insalubres, o que a torna especialmente vulnerável a doenças como tuberculose, hanseníase, hepatites e aids. Para garantir o direito à saúde desse grupo, os ministérios da Justiça e da Saúde criaram em abril o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) e o Comitê Técnico Intersetorial de Saúde no Sistema Prisional. O resultado será a Política Nacional de Saúde no Sistema Prisional, com lançamento previsto para novembro.

“O GT é um instrumento do governo para reunir três segmentos no

processo de formulação da política: gestão, sociedade civil, principalmente as organizações envolvidas na proteção às pessoas privadas de liberdade, e academia”, explica o professor do Instituto de Medicina Social da Uerj Martinho Silva, coordenador do projeto *Do plano à política: garantindo o direito à saúde para todas as pessoas do sistema prisional*, ligado ao Programa de Direito Sanitário da Fiocruz Brasília, que fornece subsídios aos integrantes do grupo de trabalho.

POPULAÇÃO PENITENCIÁRIA

Hoje, o país conta com o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), criado em 2003 com a missão de “prover a atenção integral à saúde da população prisional confinada em unidades masculinas e femininas, bem como nas psiquiátricas”. Dos 27 estados brasileiros, 23 aderiram ao

PNSSP. Os quatro restantes — Santa Catarina, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte — estão terminando seu processo de qualificação. O plano, no entanto, não contempla a totalidade da população prisional, apenas a população penitenciária — ou seja, aqueles já julgados e condenados ao regime fechado. “Ficam fora os que estão em regime aberto, os presos provisórios e os detidos em cadeias, delegacias e distritos policiais”, diz Martinho.

O plano prevê unidades básicas de saúde nos estabelecimentos penais com mais de 100 presos, comandadas por equipe multiprofissional composta por pelo menos cinco profissionais de nível superior (médico, enfermeiro, psicólogo, assistente social e cirurgião dentista) e um profissional de nível médio (técnico de enfermagem). A equipe deve desenvolver ações de prevenção, promoção e tratamento de agravos (saúde bucal, saúde da mulher, doenças sexualmente transmissíveis,



saúde mental, controle da tuberculose, hipertensão e diabetes, entre outras) além de imunizações, coletas de exames laboratoriais e utilização da assistência farmacêutica básica. O acesso à média e alta complexidade é definido por cada estado.

Dados do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde indicam que existem 250 equipes de saúde no sistema penitenciário, que garantem a cobertura de 30% da população prisional – menor do que a cobertura média da Estratégia Saúde da Família, voltada para o conjunto da população brasileira, que era de 40% em 2010.

COMUNIDADE PRISIONAL

Martinho opina que não só os presos ainda não julgados e condenados devem ser incluídos na nova Política Nacional de Saúde no Sistema Prisional, como toda a comunidade prisional – agentes penitenciários, familiares dos presos etc. “Uma ação de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis deve abranger os parceiros com direito à visita íntima”, exemplifica. “O combate à tuberculose também deve focar os agentes penitenciários, que convivem naquele ambiente”. O plano atual, explica Martinho, prevê financiamento para ações de saúde voltadas exclusivamente à população privada de liberdade, porque à época de sua formulação se entendeu que agentes e familiares poderiam procurar os serviços de saúde fora das penitenciárias.

A pesquisa que coordena já concluiu que há uma “tendência encapsulante da saúde no sistema prisional”. Uma expressão dessa tendência é a oferta de atendimento apenas dentro da unidade prisional, sem articulação com a atenção especializada, secundária e terciária da rede de saúde local, fora dos muros da prisão. A portaria que instituiu o PNSP fala em atenção integral em saúde, tendo como prioridade as atividades de prevenção, tendo em vista o alto grau de insalubridade do ambiente prisional, marcado pela superlotação.

CUIDADO X PROTEÇÃO

Outra questão a ser observada pelo GT, de acordo com Martinho, é a “dificuldade de compatibilização da lógica da segurança com a da saúde pública”. Ações de atenção básica eventualmente encontram barreiras



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Martinho: política nacional deve incluir agentes penitenciários e familiares de presos

para serem contínuas e regulares: a distribuição de escovas de dente, por exemplo, é colocada em xequê pois as escovas podem se tornar instrumentos de violência entre os detentos. “A lógica da saúde é a lógica do cuidado, enquanto a da segurança é a da proteção”, resume o pesquisador, frisando que uma série de instrumentos (além das escovas, as seringas, por exemplo) é necessária para que haja o cuidado, mas muitas vezes a posse desses instrumentos gera perigo.

POPULAÇÃO VULNERÁVEL

Segundo o coordenador da área técnica de Saúde no Sistema Prisional do Ministério da Saúde, Marden Marques Soares Filho, as doenças mais comuns no sistema prisional são tuberculose, hanseníase, hepatites e doenças sexualmente transmissíveis, incluindo a aids, que atingem mais os grupos populacionais que vivem em condições desfavoráveis. “Superpopulação, violência, iluminação e ventilação naturais insuficientes e falta de proteção contra condições climáticas extremas, higiene pessoal e alimentação inadequadas, falta de acesso a água potável e serviços médicos deficientes são alguns dos fatores que aumentam a vulnerabilidade da população privada de liberdade”, lista.

O Programa Nacional de Controle da Tuberculose do Ministério da Saúde definia população carcerária como uma de suas prioridades, ao

lado de populações em situação de rua, indígenas e pessoas que vivem com HIV/aids. O índice de HIV em prisões, nos países onde a principal forma de transmissão é por via sexual, chega a ser duas vezes maior que na população em liberdade. Nos países em que a infecção por HIV se deve mais ao uso de drogas injetáveis, a prevalência entre os presos chega a ser até 20 vezes maior que na população em liberdade. Compartilhamento de material para tatuagens e piercings e de lâminas de barbear agravam o risco.

Boletim do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Unaid) indica que, numa prisão masculina de São Paulo, quase 6% da população tinham HIV; entre as mulheres de outro centro penitenciário da capital paulista, o índice chegava a 14%. Segundo o estudo, o nível de conhecimento sobre HIV era alto entre a população prisional, mas o acesso a ações de prevenção e assistência dentro das prisões foi considerado inadequado. “A política de saúde no sistema prisional não é uma forma de reinserir os presos na sociedade, mas de inserir, porque antes de serem presos muitos já sofriam com a privação de direitos”, observa Martinho. 

SAIBA MAIS

Leia a íntegra do projeto Do plano à política: garantindo o direito à saúde para todas as pessoas do sistema prisional no site do RADIS (www.ensp.fiocruz.br/radis)

SERVIÇO

EVENTOS

V CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE PESQUISA QUALITATIVA EM SAÚDE

Com o subtítulo Circulação de Saberes e Desafios em Saúde, o evento busca reunir a produção científica desenvolvida em torno da saúde, em uma perspectiva de compreensão. O Congresso deverá proporcionar contatos e atualizar a troca de experiências, entre investigadores, profissionais e estudantes de línguas e culturas ibérica e ibero-americana.



Data 11 a 13 de outubro de 2012
Local Lisboa, Portugal

Informações

Site <http://pesquisaqualitativa2012.com/pt/conteudo/inscricoes/inscricoes.html>

Email secretariado@pesquisaqualitativa2012.com

Tel 351 217 712 628

Fax 351 217 712 639

3º PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO: POPULAÇÃO, CIDADES E POLÍTICAS SOCIAIS

Realizado pelo Núcleo de Estudos da População (Nepo) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com apoio da Fapesp, a capacitação destina-se a profissionais das áreas de urbanização, migração, desenvolvimento urbano e regional, oriundos de instituições dos governos estaduais e municipais, organismos não governamentais e/ou movimentos sociais. O encontro enfatizará as novas dinâmicas do crescimento populacional nas cidades e a necessidade de políticas sociais adequadas.



Data 13 a 18 de agosto de 2012
Local Núcleo de Estudos da População (Nepo/Unicamp), Campinas, SP

Informações

Site www.nepo.unicamp.br/ eventos/2012/capacitacao2012.html

Email ivonete@nepo.unicamp.br
Tel (19) 3521 5913

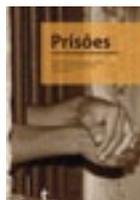
PUBLICAÇÕES

TECNOLOGIA E SAÚDE MENTAL

Tecnologias em Rede – Oficinas de fazer saúde mental (Sulina), de Analice de Lima Palombini, Cleci Maraschin e Simone Moschen (orgs.), reúne artigos produzidos a partir de experiências vividas pelos autores nos projetos Oficinando em rede, Coletivo de Rádio Potência Mental e Oficina de Imagens. Os projetos decorrem do Programa Rede de Oficinandos: tecnologias de informação e comunicação produzindo inserção social, cuidado e formação em saúde mental, que envolve universidade, serviços de saúde mental, movimentos sociais e organizações comunitárias da região metropolitana de Porto Alegre, RS.

**SISTEMA PRISIONAL EM DEBATE**

Em *Prisões numa abordagem interdisciplinar (EdUFBA)*, os autores, Maria Thereza Ávila Dantas Coelho e Milton Júlio de Carvalho Filho (orgs.), buscam colaborar com as discussões sobre o sistema prisional brasileiro e a reforma iniciada no século 19. Resultado das reflexões de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, como Medicina, Administração e Sociologia, oferece ao leitor a possibilidade de conhecer e questionar aspectos históricos, sociais e econômicos do contexto contemporâneo do sistema prisional brasileiro. Crescimento mundial do número de presos, participação privada na gestão das prisões e perfil dos agentes penitenciários são alguns dos temas abordados.

**PESQUISA AVALIATIVA**

Avaliação: metodologias no campo da saúde e da formação (EdUFBA), de Cristina Maria Meira de Melo, Norma Carapiá Fagundes e



Tatiane Araújo dos Santos (orgs.), apresenta propostas metodológicas sobre a pesquisa avaliativa no campo da saúde em interseção com outros campos, como os da gestão e da educação. Seus oito capítulos foram originados de pesquisas em avaliação, realizadas pelo grupo Gerir, da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Temas como gestão e saúde, educação, formação e atenção à saúde são abordados neste livro, destinado aos profissionais interessados pela avaliação.

COMUNICAÇÃO PARA O SUS

Lançado em maio pelo Instituto de Saúde (IS/SP), o livro *As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no desenvolvimento de profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS)*, organizado pela pesquisadora Maria Ângela Bianconcini Trindade (PUC-SP), reúne 13 artigos que refletem e resgatam o histórico e os resultados da introdução dos programas de educação a distância na formação e qualificação profissional de trabalhadores para o SUS, a partir da adoção de tecnologias de informação e comunicação. Os artigos abordam experiências realizadas em diversas instituições, entre elas Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Fiocruz e Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAÇÃO). O livro estará em breve disponível para download no site do Instituto de Saúde.

**ENDEREÇOS****EdUFBA**

(71) 3283-6160 e 3283-6164
edufba@ufba.br
www.edufba.ufba.br/contato

Sulina

(51) 3311-4082 e 3264-4194 (fax)
sulina@editorasulina.com.br
www.editorasulina.com.br

Instituto de Saúde

(11) 3116-8504
<http://www.isaude.sp.gov.br>

As demandas da Saúde no documento oficial da Rio+20

A posição brasileira quanto à centralidade da Saúde nas discussões da Rio+20 está expressa nos cinco parágrafos abaixo, produzidos por sanitaristas e integrantes do governo, dentro da Fiocruz, para integrar o documento oficial da Rio+20, *O futuro que queremos*. Essas demandas do Brasil foram encaminhadas oficialmente pelos ministérios da Saúde e das Relações Exteriores ao G77 (bloco das nações em desenvolvimento) e incluídas no documento em debate, posicionadas dentro de uma numeração específica.

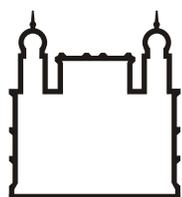
98. Reconhecemos que a saúde é pré-requisito, consequência e indicador dos três pilares do desenvolvimento sustentável, além de elemento essencial para a erradicação da pobreza. Portanto, propomos trabalhar sobre a base de acordos assinados anteriormente pela Comunidade Internacional, especialmente os presentes no Capítulo 6 da Agenda 21 (Proteção e promoção da saúde humana) para evitar recuos em relação a questões já acordadas por consenso.
99. Também reconhecemos que a saúde é determinada pelas condições sociais, econômicas e ambientais, e que a saúde é fortemente influenciada pelas condições sociais nas quais as pessoas nascem, crescem, vivem e envelhecem. Essas condições são chamadas coletivamente de determinantes sociais da saúde e estão descritas mais a fundo na Declaração do Rio sobre Determinantes Sociais da Saúde. Na promoção do desenvolvimento sustentável, o crescimento econômico não deve se dar às custas da saúde.
100. Concordamos que essas condições sociais, econômicas e ambientais devem ser abordadas de forma coordenada e abrangente, integrando políticas e esforços intersetoriais nos níveis local, nacional, regional e internacional, incluindo: promoção de economias sustentáveis; redução da poluição do ar, da água e química; além de promoção de estratégias de mitigação e melhoria da capacidade das sociedades de se adaptarem para as mudanças climáticas.
101. Também concordamos em promover a cobertura universal dos serviços de saúde por meio de sistemas de saúde abrangentes e equitativos. Concordamos, ademais, em promover políticas intersetoriais que enfrentem os desafios mundiais no campo da saúde relativos à alta incidência de doenças transmissíveis e não transmissíveis e do aumento das taxas de mortalidade por causas externas, tais como: acidentes, violência, tabaco etc.
102. Reconhecemos que a governança global para o desenvolvimento sustentável pode ser melhorada por meio da conscientização e do aumento da responsabilidade pelo impacto de decisões políticas sobre as condições de saúde. É possível monitorar esses impactos através do uso mais amplo da avaliação do impacto sobre a saúde (*health impact assessments*) e monitorando indicadores que meçam o quanto a saúde é levada em consideração em vários processos decisórios. A saúde deve ser componente chave de qualquer conjunto de objetivos globais desenvolvidos posteriormente às Metas de Desenvolvimento do Milênio, após 2015.

Fonte: Ministério da Saúde. Texto original em inglês. Tradução: Cristiano Botafogo.



FIOCRUZ na RIO+20

www.sauderio20.fiocruz.br



FIOCRUZ



RIO+20

Conferência das Nações Unidas
sobre Desenvolvimento Sustentável



RIO+20

Conferência das Nações Unidas
sobre Desenvolvimento Sustentável



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

